



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

**Eixo 2: Política Educacional**

**Rafael Antônio Ramos de Oliveira (UNIR)**

**Marco Antônio de Oliveira Gomes (UEM)**

**(DES) VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DA  
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A PRECARIZAÇÃO: UM  
ESTUDO NAS ESCOLAS MANTIDAS PELO MUNICÍPIO DE  
PORTO VELHO/RO**

**RESUMO:** Este artigo abordará o processo de precarização do trabalho docente em escolas da rede municipal de educação no município de Porto Velho, buscando compreender o fenômeno da (des)valorização do professor. Objetiva-se verificar o processo de precarização a partir de uma análise das condições materiais de trabalho para o exercício e desenvolvimento profissional. Para isso, faz-se necessário um aprofundamento em torno da materialidade oferecida para atuação docente por meio de um questionário que aplicamos a 15 professores em duas escolas da rede municipal de ensino de Porto Velho e utilizamos alguns dados para construção do presente trabalho. Resultado de um trabalho de conclusão de curso com título “(Des)valorização do professor: a precarização do trabalho docente da educação básica na rede municipal de ensino em Porto Velho(RO)e realizada no final de 2013 e apresentada em março de 2014. Tivemosno estudo o auxílio de alguns autores como: Antunes (2001), Oliveira (2004), Saviani (2008), Gatti (2013), e outros. Para atingir os objetivos propostos, buscamos a realização de um estudo teórico que aponte os desdobramentos das transformações ocorridas na relação entre capital e trabalho a partir da década de 1970, que impactaram direta ou indiretamente na educação. Também se deve levar em consideração o advento das novas tecnologias, as reestruturações produtivas, as reformas neoliberais, a mundialização do capital financeiro, taylorismo/fordismo, toyotismo, as implicações no mundo do trabalho, a precarização do trabalho na sociedade capitalista de produção que desenham o cenário das relações de produção e que afetam diretamente aqueles que vendem a sua força de trabalho, sendo cada vez mais explorados por este sistema, sendo de suma importância para a compreensão da precarização do trabalho docente. Por conseguinte, o trabalho docente faz parte desse processo de precarização<sup>1</sup>do trabalho em geral, a saber, com suas especificidades, por isso mesmo, sofre com a

---

<sup>1</sup>Rafael Antônio Ramos de Oliveira, Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, Brasil.  
[rafaeloliveirapvh@gmail.com](mailto:rafaeloliveirapvh@gmail.com)



X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
**HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

precariedade que as escolas públicas funcionam sem oferecerem um mínimo de condições para uma prática educativa de qualidade que atendam aos interesses das camadas populares, mas do que isso essa precariedade pode afetar um ponto crucial de nossa pesquisa relacionadas a valorização ou não de seu trabalho. Com intuito de verificar no chão da escola se efetivamente tem-se ocorrido à desvalorização do trabalho de professor, apesar do seu papel essencial para a sociedade. Entendemos para que se efetive uma educação escolar de qualidade é necessário oferecer as condições adequadas de trabalho e formação sólida que atraem o professor a seguir a carreira da docência.

**Palavras-chave:** Valorização do professor neoliberalismo; reestruturação produtiva; trabalho docente; precarização.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo abordar sobre a temática da (des)valorização do professor nas escolas mantidas pelo Município de Porto Velho por meio da análise da precarização e intensificação do trabalho docente. Trata-se um fenômeno que não se restringe ao espaço escolar, mas amplos segmentos daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho em um momento marcado pela crise estrutural do capitalismo. Com efeito, essa realidade dos professores não pode ser dissociada de um contexto mais amplo caracterizado pelas políticas liberais que advogam o enxugamento da máquina do Estado e a privatização das questões sociais. Dessa forma, faz-se necessário verificar como as transformações no âmbito da produção e impactaram decisivamente na precarização e desvalorização do professor.

Ao levantar a problemática da reestruturação produtiva que progressivamente substituiu o padrão fordista/taylorista pelo toyotista e seus desdobramentos sobre o trabalho docente, estamos assumindo alguns desafios: o primeiro implica em situar a reestruturação no conjuntura da crise estrutural do capitalismo, fenômeno que interfere

---

<sup>1</sup>Rafael Antônio Ramos de Oliveira, Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, Brasil.  
[rafaeloliveirapvh@gmail.com](mailto:rafaeloliveirapvh@gmail.com)

<sup>2</sup>Marco Antônio de Oliveira Gomes, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil.  
[marcooliveiragomes@yahoo.com.br](mailto:marcooliveiragomes@yahoo.com.br)



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

no processo de lutas de classe, bem como na dinâmica das políticas públicas; outro desafio consiste em identificar como se materializam no “chão da escola” as condições de trabalho docente.

O advento do toyotismo, possibilitou o questionamento do Estado de Bem Estar Social<sup>2</sup>, que conheceu seu apogeu nos chamados anos de ouro do capitalismo (1945-1973). Com isso, verificam-se modificações estruturais devido as crises do próprio capital que contribuíram para modificar as exigências em torno das competências do novo trabalhador na nova sociedade baseada no modelo neoliberal.

Entendemos, a partir dos estudos desenvolvidos, que o processo de recomposição do ciclo de reprodução do capital, ao determinar as transformações nas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho, provoca impactos nas formas de sociabilidade entre os homens, onde se inclui o trabalho docente e as formas assumidas pela educação escolar.

Dessa forma, a materialização das condições de trabalho docente é determinada, em última instância, pelas relações estabelecidas entre capital e trabalho. Assim, passa-se a exigir um novo modelo de professor do interior das escolas. Esse processo desdobra-se nas formas de contratação e exercício da função consideradas as transformações no “mundo do trabalho”.

Não por acaso, diante das mudanças ocorridas na esfera econômica, os professores enfrentaram dificuldades cada vez maiores para executarem suas atividades, sendo muitas vezes responsabilizados pelas falhas do sistema educacional, o que encobre as origens do caráter excludente de nossa sociedade, e da escola que a reflete.

Assim sendo, faz-se necessário ter a percepção crítica no qual a educação não está acima das relações materiais de produção, mas reflete em última instância os projetos hegemônicos presentes no interior da sociedade. Por isso, reforçamos a uma proposição metodológica que busque desvelar as mudanças ocorridas no processo de produção material e a hegemonia das bandeiras neoliberais para compreendermos o processo de precarização da atividade docente nas escolas mantidas pelo município de Porto Velho, logo, compreender o processo da (des) valorização.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

Desse modo, partimos do pressuposto do materialismo histórico-dialético para compreender o fenômeno, que não se explica pela ideia, mas por meio da práxis material (MARX & ENGELS, 2007, 40-47). Assim, buscamos verificar a partir das condições de trabalho pedagógico, sem recorrer a mistificações ou idealizações a respeito do trabalho docente, sem desvincularmos das condições materiais que regem o modo de produção capitalista. Dessa forma, a partir da realidade concreta dessas escolas foi possível dar prosseguimento ao estudo e desvelar a realidade.

Com isso, assumimos publicamente a perspectiva do materialismo histórico e dialético, o que nos leva a tomar partido em defesa dos trabalhadores/professores. No entanto, isso não significa abandonar a busca pela verdade, mas sim busca-la a partir dos interesses de classe, sem o mito da neutralidade científica e acadêmica. Assim sendo, poderemos usar a educação escolar como mais uma e das principais ferramentas a serviço das classes populares em sua luta pela superação da ordem burguesa.

Para tal empreitada, além do levantamento bibliográfico sobre o tema que auxiliou-nos nas análises do processo de intensificação do trabalho docente, realizamos o levantamento de dados com 15 professores de duas escolas mantidas pelo município a fim de compreender as condições de materialização do fenômeno citado.

Para atingirmos nossos objetivos, buscamos subsídios em autores que se debruçaram sobre a temática da precarização e desvalorização do trabalho docente: Saviani (2008), Antunes (2001) Oliveira (2004), Gatti (2013). Acrescente-se que esse estudo é fruto de uma pesquisa realizada no final de 2013 com o título “(Des)valorização do professor: a precarização do trabalho docente da educação básica na rede municipal de ensino em Porto Velho(RO) e apresentada em março de 2014 como trabalho de conclusão de curso de pedagogia na Universidade Federal de Rondônia.

## **2. “REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS MODIFICAÇÕES NO TRABALHO E O DISCURSO EDUCACIONAL VIGENTE**



X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
**HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

O capitalismo ao longo do século XX apresentou como resposta para a crise estrutural materializada em 1929 e para a destruição gerada pela Segunda Guerra Mundial, o chamado **Estado de Bem Estar Social** cujas raízes devem ser buscadas nas propostas **keneynsianas**. Tendo em vista, que o capital necessita continuamente está em permanente preparadas para enfrentar crises cíclicas e procurar alternativas, ou seja, reestruturação produtiva é a proposta salvadora sem uma mudança radical do sistema vigente.

A proposta do estado de Bem-estar social ou Keneynsinana assumidas pelos países dominantes do cenário mundial visa reorganizar a produção adequando o consumo com a demanda, buscando dessa forma, salvar o capitalismo dos capitalistas. O período demarcado entre o final da Segunda Guerra e o início dos anos 1970, são considerados por muitos com os “anos de ouro do capitalismo”. (Hobswawn, 2001)

Com o incremento das novas tecnologias (informática, robótica, microeletrônica) no interior das fábricas, além da nova organização da produção advindas com o toyotismo, verificou-se o crescimento do desemprego e o questionamento dos setores conservadores sobre a eficiência do Estado de Bem Estar Social e a defesa das proposições neoliberais.

O advento do neoliberalismo pode ser identificado em um primeiro momento no Chile, após o Golpe de Estado de Pinochet, em 1973, com o apoio do Estado americano. No entanto, tornou-se senso comum associá-lo aos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra, (1979-1990) e Ronald Reagan nos Estados Unidos, (1981-1988). De qualquer forma, não há como negar que tornaram-se referência para a defesa das proposições neoliberais.

Diante da reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal, modificaram-se as relações entre capital e trabalho em benefício do primeiro. Foram alteradas as relações de contratação, remuneração e condições de trabalho, evidenciando-se um processo de precarização do trabalho.

[...] pode-se constatar que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge não só os países do chamado Terceiro Mundo, como o Brasil, mas também os países capitalistas centrais. A



X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
**HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo *destrutivo* que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reservas [...]. (ANTUNES, 2001, p. 16).

Nesse sentido, a reestruturação produtiva é um elemento fundamental para a compreensão das condições de vida daqueles que precisam vender sua força de trabalho no mercado. Assim sendo, reforça-se a nossa concepção em torno da temática a partir do entendimento de Oliveira (2010, p.78) que:

Tal fenômeno conhecido como reestruturação produtiva, não pode ser pensada isoladamente dos outros processos em curso. A reestruturação produtiva, implicando mudanças tecnológicas e organizacionais no processo de produção, deve ser analisada dentro do contexto de reestruturação do capital. Dessa forma, é parte integrante, de uma análise, onde as transformações no processo de trabalho, quer nos aspectos concernentes aos objetos e meios de trabalho, quer nas formas de organização e controle, são produtos da relação dialética inerente ao conflito entre capital e trabalho.

Dessa forma, o capitalismo tem estabelecido várias transformações com base em reestruturações do processo de produção a partir da reorganização da nova ordem mundial, principalmente, com a criação de instituições internacionais que possibilitaram ao mercado a se estender a todos os cantos do mundo, com a **mundialização do capital** que nas últimas décadas tem se instalado de tal forma a permitir que os donos do mundo possam comandar perpassando em cima dos controles do Estado, ditando as regras da economia, buscando a hegemonia de suas concepções de mundo puramente vinculadas aos interesses voltados a obtenção do lucro. Em outras palavras, o capital não possui pátria, pois seu objetivo maior é sua própria reprodução em escala mundial, não importando onde produzirá as mercadorias para o mercado, mas sim a possibilidade de auferir lucros maiores.

Para compreender, como ocorreu a reestruturação produtiva faz-se necessário compreender como se deu esse processo a partir das mudanças do fordismo/taylorismo



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

para o toyotismo que alteraram definitivamente as relações de trabalho com o capital com intuito de conseguir voltar aos patamares de lucro perdidos com a crise.

Uma outra transformação que necessita ser verificada para nosso estudo quanto ao termo classe-que-vive-do-trabalho, cunhado por Ricardo Antunes (2001), para apontar quem é a nova classe trabalhadora ou proletariado que não é, necessariamente a mesma configuração do tempo de Marx, que considerava o proletariado como núcleo dos trabalhadores. Por isso mesmo, é preciso enfatizar o aumento extraordinário na diversidade de empregos gerados pelas transformações na produção e o crescimento no último século do setor de serviços e bens. Mas sem perder de vista o principal objetivo que liga todos os trabalhadores que é o sentido de como todos nas suas especificidades das funções são continuamente explorados e atingidos fortemente nas condições materiais de trabalho pelo sistema capitalista.

No Brasil as reformas neoliberais ganham materialidade a partir do governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), onde se efetiva uma liberalização do mercado e condiciona na política de Estado em propostas e ações embasadas nos pressupostos neoliberais. Para ajudar a sintetizar o que ocorreu no país nesta época vamos nos reportar a Marcia da Silva Costa (2003, p.3):

As mudanças estruturais de início dos anos 90 na economia brasileira, em especial, a abertura comercial promovida pelo governo Collor e ampliada pelo governo Cardoso, tomaram em cheio o setor industrial, rompendo com a política de substituição de importações, sustentáculo dos programas de desenvolvimento do país desde os anos 30. Esta experiência de adaptação competitiva ao mercado global deu início a processos generalizados de reestruturação produtiva dentro das empresas, lugar onde aquelas mudanças se concretizaram. Fechamento de fábricas, enxugamento de plantas, redução de hierarquias, terceirização, modernização tecnológica, redefinição organizacional dos processos produtivos, entre outros, sintetizaram as estratégias empresárias, como alternativas mesmo de sobrevivência, resultando num fenômeno de demissão em massa de dimensão jamais vivida na história da industrialização do país.

A partir daí, podemos assinalar como foi introduzido o modelo de liberação do mercado correspondendo a necessidade do capital em se tornar globalizante



X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
**HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

solidificando-se em todos os países, inclusive no Brasil, com as reestruturações que vieram modificar as políticas e o modo de organizar a produção.

Neste contexto marcado pela reestruturação produtiva e pela crescente hegemonia das proposições neoliberais, surgiram conceitos que ainda hoje se encontram presentes no âmbito da educação, tais como competências, habilidades, qualidade total, entre outros.

Neste cenário de presente-futuro neoconservador, os sistemas educacionais e de formação técnico-profissional passam a assumir um duplo papel: substituem ou eliminam a luta de classes e habilitam nações e os indivíduos a se integrarem às economias globalizadas e aos mercados competitivos. Trata-se, todavia, de processos educacionais e de formação técnico-profissional também de tipo *novo*. Tanto no plano da organização quanto no plano das concepções, o que os define são as leis do mercado. É dentro dessa redefinição que assistimos, no campo educacional, ao surgimento de noções, aparentemente novas, mas que de novo, muitas vezes, engendram fundamentalmente a ênfase ideológica: *competências, habilidades, qualidade total, empregabilidade, etc.* Trata-se de noções, pois não se constituem, em termos epistemológicos, em conceitos. Falta-lhes, para tanto, materialidade histórica. (FRIGOTTO, 1999, p. 7)

Retomando as contribuições de Frigotto, percebe-se que a defesa de “conceitos” como “empreendedorismo”, “empregabilidade”, “flexibilidade”, são apresentados como essenciais para o trabalhador em vista de uma colocação no mercado. Dessa forma, o discurso oficial escamoteia a crise estrutural do capital e sua incapacidade civilizatória, condenando muitos ao trabalho informal, ao subemprego e à marginalidade.

Assim sendo, a “flexibilidade” e o “empreendedorismo”, divulgados como elementos imprescindíveis para qualquer indivíduo, mascara a situação de perdas trabalhistas de condições precárias de trabalho, assim sendo na realidade brasileira advindas com o neoliberalismo e as reestruturações que:

A flexibilização dos direitos trabalhistas – que resultam em maior precarização do emprego, diminui os custos sociais para os empregadores, ao mesmo tempo que reduz as garantias e benefícios sociais dos empregados – vem se tornando uma constante, motivo inclusive de proposta para atrair investimentos estrangeiros em países como o Brasil. São processos que estimulam a criação de





**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

subempregos, de subcontratação, de terceirização de serviços essenciais, de trabalho malpagos, sem regulamentação, sem garantias e estabilidade, realizados nas piores condições materiais. (OLIVEIRA, 2010, p.76-77)

Neste cenário, as ações do Estado para o estancamento da hemorragia do desemprego estrutural não rompem com a lógica neoliberal, mas a reforçam. As mudanças na regulação entre capital e trabalho com as desregulações dos direitos trabalhistas, colocam o trabalhador em uma posição de maior fragilidade. Isto posto, a reestruturação produtiva acompanhada das reformas neoliberais são faces de uma mesma e única moeda.

Por fim, essa explanação em torno das reestruturações capitalista alterou as relações com o trabalho servindo-nos para contextualizarmos no geral. A partir daí, podemos focalizar como isso influencia nas relações de trabalho docente lembrando que o professorado faz parte da classe-que-vive-do-trabalho, já que necessita vender sua força de trabalho, e é por isso que também sofre com a situação de precarização do trabalho docente e, mais ainda, como essas concepções neoliberais vem influenciar no âmbito educacional tanto nas reformas educacionais como nos discurso sobre a função da educação em tempos neoliberais. Isto posto, podemos adentrar no assunto da precarização do trabalho docente que acarreta necessariamente na (des)valorização do professor.

### **3. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

O professor vive uma situação contrastante, porque muitos compreendem a importância do seu papel social na formação humana, principalmente, na sociedade contemporânea no qual se exige conhecimentos.

No entanto, a sociedade em que vivemos mostra sua face perversa na seguinte contradição: exige uma educação de alto nível tanto para a cidadania quanto para o sistema produtivo, com uma das mãos, ao mesmo tempo que, com a outra, extingue os postos formais e muda as condições de trabalho. Resultado: o trabalhador e seus filhos que



# X SEMINÁRIO NACIONAL DO **HISTEDBR**

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

conseguem chegar à escola, alcança-la em condições de precariedade cultural extrema. E é nesse ambiente que o novo professor irá trabalhar. Como os investimentos públicos em educação são cada vez menores, o novo professor trabalhará com essa dupla precariedade, a da origem de classe dos seus alunos e a da própria escola. Além de uma terceira, em fase acentuada precarização: a da sua própria formação. (CASTANHO, 2003, p. 14)

O texto de Castanho, produzido em 2003, continua extremamente atual. O que observamos ao longo de nossa pesquisa nas escolas é a condição de penúria que muitos professores têm para exercerem seu trabalho, sem condições mínimas para desenvolverem de modo pleno suas atividades pedagógicas.

Essa precarização do trabalho docente se evidencia a partir da constatação das escolas públicas não oferecerem os recursos físicos necessários, salas lotadas de alunos, professores mal-formados com uma formação aligeirada, tendo em vista que muitas vezes para cumprir sua carga horária de trabalho fica responsável com número imenso de alunos, assim criando um problema para relação ensino-aprendizagem, além disso, a jornada de trabalho que são extenuantes, a quantidade de trabalho além de uma variedade de outros exemplos que ilustram a desvalorização da profissão de professor.

Então, vemos uma contradição marcante quando se admite a importância do professor para a sociedade e empenho em valorizar esse profissional, ao mesmo tempo, não visualizarmos se há uma real valorização da profissão com ações concretas que não ficam somente em discursos e não são, muitas vezes, colocados na prática. As representações sociais do professor são contraditórias, por isso mesmo, faz-se necessária compreender que a valorização ou a desvalorização do trabalho docente se dá por meio das condições materiais de trabalho. É nesse aspecto da valorização ou não que Bernadette Gatti traz uma reflexão relevante para a nossa análise:

[...] A valorização social dos professores passa por uma reconstrução sócio-cultural dessas representações em forma menos ambígua e/ou contraditória, e esse movimento depende de condições concretas relacionadas ao contexto de formação e trabalho dos docentes na educação básica. A mudança em representações sociais é um processo sócio-histórico-cultural complexo e lento, especialmente quando uma representação perdura por muito tempo sem ser abalada por fatos de impactos efetivo e duradouro. A representação de não valorização da



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

docência de educação básica vem perdurando uma vez que a constituição sócio-histórica-política de elementos para a superação e reconstrução dessas representações sociais não tem alcançado efetividade real. [...] (GATTI, 2013, p.155)

Ora, a valorização se dará apenas quando se tiver as boas condições materializadas nas escolas, enquanto encontrarmos escola com problemas de precariedade não será possível fazer do professor uma profissão mais valorizada com atrativos para todos aqueles que pretendem seguir essa carreira. Mesmo com a boa vontade de muitos professores em exercerem seu trabalho apesar das condições oferecidas não bastam para desenvolver e perseguir a tão vinculada pelos nossos governantes “educação de qualidade”. Valorizar o professor é, conseqüentemente, valorizar a escola pública mesmo que saibamos no modelo neoliberal se propaga que o privado é sempre o melhor e o público é sinônimo de precarização. É no esforço de contrapor a essa hegemonia que se instalou com os discursos neoliberais de atacar o ensino público de modo ao governo caber somente investir o mínimo necessário para manutenção da educação. Consideramos que é necessário realizar uma contra-hegemonia apontando a possibilidade de mudança, sendo de suma importância mostrar os entraves que perpetuam essa desvalorização do professor.

Temos que enfatizar, que a precarização do trabalho docente está intimamente ligado ao processo de precarização do trabalho no geral. Com as reestruturações no processo produtivo, além disso, as reformas educacionais em que o país adotou alterou de forma clara as exigências dos novos tempos neoliberais que apregoam novos desafios para educação e agregam a necessidade dos professores ganharem novas funções, isso exerce um problema no desenvolvimento educacional porque:

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante. (NORONHA, APUD, OLIVEIRA, 2004, p.1132)



X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
**HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

O que se vê é um acúmulo de responsabilidades, ao mesmo tempo, não oportunizam as condições reais de trabalho que possibilite ao professor realizar as expectativas em torno do ensino-aprendizagem.

Neste sentido, o que se percebe é a intensificação das atividades docente sem a necessária estrutura para seu desempenho. A nossa percepção em relação a essa situação é que a escola não realiza seu papel de transmissão-assimilação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade por questões da própria condição de funcionamento da instituição, uma vez que o professor fica desamparado, nos estudos de Dalila diz ela:

O que temos observado em nossas pesquisas é que os trabalhadores docentes se sentem obrigados a responder às novas exigências pedagógicas e administrativas, contudo expressam sensação de insegurança e desamparo tanto do ponto de vista objetivo – faltam-lhes condições de trabalho adequadas – quanto do ponto de vista subjetivo. (OLIVEIRA, 2004, p.1140)

Neste sentido, buscar alternativas para o exercício da docência e colocar na prática a teoria aprendida durante a sua formação tem uma nítida dificuldade, segundo Saviani se deve ao fato de “*as condições de desenvolvimento da prática são precárias, também se criam óbices, criam-se desafios ao desenvolvimento da teoria*”, desta forma fica muito difícil colocarmos na prática uma ação educativa que possa ser considerada de qualidade, pois “*o desenvolvimento precário, enfrentando no âmbito de sua materialidade entraves complexos, ela coloca limites à teoria*”. (2008, p.107-108)

O trabalho docente é uma atividade complexa na medida em que faz o professor refletir sobre sua prática tanto no planejamento como nas suas ações educativas que permitam ao aluno aprender. Diante disso, as condições adequadas de trabalho possibilitam que o desenvolvimento educacional consiga atingir a qualidade.

A desvalorização do trabalho docente já se inicia com a formação aligeirada, em que não é firmado uma base teórica e prática durante a graduação e, acrescente a isso, a realidade que este profissional encontrará na sala de aula com as condições precárias para o desenvolvimento.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

É preciso também levar em conta que vivemos numa sociedade marcada pelas relações materiais, cuja a valorização profissional está muito ligada a questão econômica, ou seja, o salário do professor. Sem dúvida, é um dos pontos mais apontados quando se discute a precarização do trabalho docente. A profissão tem maior valorização quando se tem uma boa remuneração, o que não é caso dos professores com um retorno financeiro bem abaixo do seu papel social e da sua atividade laboral, isso é mais evidente na educação básica com os baixíssimos salários dos professores comparados com a quantidade de trabalho acumulados.

Na sociedade capitalista, baseada no modelo neoliberal, no âmbito da educação estamos vivendo um momento cada vez mais de dualidade da escola, ou seja, uma escola para os filhos dos trabalhadores e algumas escolas privadas destinadas àqueles que podem pagar. Ressalte-se ainda, que nem todas as escolas privadas possuem a “qualidade alardeada” ou são frequentadas pelos filhos da burguesia, mas por jovens oriundos de uma pequena burguesia ou filhos de trabalhadores com melhores condições salariais.

Sem dúvida, o crescimento, nos últimos anos, das escolas privadas é um reflexo da desvalorização das escolas mantidas pelo Estado. Outro fato importante, é que hoje a educação de tornou um mercadoria como muitas outras coisas se tornaram vendáveis, fato esse muito destacado por Meszaros (2008) tendo em vista que a educação entrou definitivamente na lógica do capital.

Nesse sentido, cabe um questionamento qual o sentido de manter uma escola pública sucateada e os professores os intelectuais que podem contribuir para questionar a ordem vigente numa situação precária de trabalho? Ousamos considerar a necessidade da própria lógica do capital de separar as classes sociais, dessa maneira, oferecer a educação escolar que é indispensável para os novos trabalhadores dando os instrumentos mínimos para entrarem no mercado de trabalho, enquanto uma melhor formação para as novas gerações de dominantes.

Assim sendo, entendemos que o ensino público de qualidade não serve para os interesses de quem está no poder, mas não seremos ingênuos ao ponto de achar no qual a classe dominante não queira oferecer a escolaridade a classe-que-vive-do-trabalho,



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

uma vez que na nova conjuntura da reestruturação da produção se exige trabalhadores que possuem a escolaridade necessária possibilitando preencher o quadro de funcionários com as suas respectivas competências e habilidades nas organizações e relações de trabalho.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 estabelece alguns fatores para valorização dos profissionais da educação, a partir dessa premissa podemos realmente analisar se no chão da escola verdadeiramente está assegurado a valorização.

Art. 67º. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho.

Pelo que se observa na lei podemos constatar a necessidade de analisar se ocorre o que está proposto nos documentos oficiais. Justamente, por nossa pesquisa partir do princípio de que se faz necessário fornecer as condições de trabalho e piso salarial dignos, tempo para estudo e planejamento. Por isso, esse estudo tem como papel apresentar na realidade de Porto Velho quanto a valorização ou desvalorização. Não podemos negar que a valorização se dará com atendimento em torno das exigências estabelecidas. Dessa maneira, a análise sobre a valorização do professor está voltada na verificação de materialização das condições nas escolas mantidas pelo município de Porto Velho. Nesse ponto, apresentamos alguns dados que obtivemos com a pesquisa para retratar no chão da escola como se dá a valorização do trabalho do professor.

#### **4. A DISTÂNCIA ENTRE O DISCURSO OFICIAL E A REALIDADE MATERIAL DO “CHÃO DA ESCOLA”**



X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
**HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Tendo em vista a necessidade de apresentarmos dados concretos a respeito das condições de trabalho docente, procuramos construir o perfil dos professores colaboradores da pesquisa de forma sintética em função dos limites de uma apresentação acadêmica.

Verificamos que a maioria dos professores são do sexo feminino cerca de 60%, ou seja, o que confirma uma tendência histórica de feminização da docência. É interessante notarmos também que a presença feminina no magistério repete outra tendência presente em nosso país: mesmo ganhando espaço no mercado de trabalho, os rendimentos das mulheres continuam inferiores aos dos homens.

Por isso, Ricardo Antunes (2001, p.105) mostra que *“vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge 40% da força de trabalho em diversos países avançado e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no mundo do trabalho **part time**, precarizado e desregulamento”*. Esse expressivo aumento das mulheres no mercado de trabalho não representa, ao mesmo tempo, uma melhoria em suas condições em comparação com os homens.

Temos ainda, professores com idades de 25 a 55 anos, ou seja, percebemos com isso um ganho na pesquisa quanto a apresentar uma visão diferenciada da mesma situação de precarização e desvalorização. Cerca de 53% dos professores eram de casados. Tendo vindo de diversos estados do Brasil no total foram 11 Estados, isso mostra que o Estado de Rondônia é ainda novo e que o processo migratório para o estado ainda está patente na população que vive na cidade de Porto Velho.

Os professores tiveram diversas formações como: Letras, Biologia, Geografia, História, Pedagogia, Matemática, Teologia. Ressaltando que ao longo da pesquisa identificamos professores trabalhando com disciplinas que não correspondem a sua área de formação na graduação, como o caso de um professor formado em pedagogia lecionando a disciplina de matemática no segundo segmento da educação fundamental. A situação aponta para duas questões importantes: a falta de professores em determinadas áreas pode ser um indício do desinteresse de muitos em seguir a carreira em função dos baixos rendimentos do magistério, além da ideia de que qualquer um pode ensinar, mesmo não sendo formado para aquela área do conhecimento.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

Professores com pós-graduação são 80% dos entrevistados. Vale ressaltar, a importância de uma formação especializada, porém cabe o questionamento sobre o aligeiramento e a qualidade dessa formação. Para tanto, Saviani (2009, p.153) mostra uma reflexão importante na tentativa de salientar quais seriam as condições para assegurar uma boa formação, ressaltando principalmente os entraves para essa formação:

[...] não posso me furtar de chamar a atenção para o fato de que a questão da formação de professores não pode ser dissociada do problema das condições de trabalho que envolvem a carreira docente, em cujo âmbito devem ser equacionadas as questões do salário e da jornada de trabalho. Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos.

Não descartamos o quão é benéfico para a instituição escolar terem em seu quadro professores com especializações, ao mesmo tempo, com problemas estruturais expostos, resultando que em nada terá efeito essa formação permanente quando na realidade das escolas não se tem a base para aplicar a teoria.

É importante assinalar que a sobrecarga de trabalho que dificulta o trabalho educativo em sala de aula, isso decorre quando levamos em consideração a quantidade de turmas que os professores devem lecionar, e a quantidade de escolas, a quantidade de alunos (com média de 35 a 40 alunos por turma), pois muitos desses trabalham em mais de uma escola. Mais ainda, tem-se de lembrar outras atividades acerca do trabalho docente como as correções de prova, planejamentos, preparação de aulas. Esses itens corroboram para precarização de seu trabalho, pois a intensificação da atividade docente é um fator marcante para se desvalorizar o trabalho desse profissional, ou seja, essa intensidade de trabalho, sem dúvida, acarreta um desprestígio para essa profissão.

Não é o caso de diminuir a carga horária de trabalho, no entanto, não é demasiado afirmar a necessidade de adequar essa carga horária a fim de poder adquirir uma conciliação entre a carga de horária em sala de aula e as condições adequadas de trabalho. Nos apontamentos de Saviani (2007, p.75) em torno da questão:





# X SEMINÁRIO NACIONAL DO **HISTEDBR**

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Enfim, em contraste com a jornada de trabalho precária e baixos salários é preciso levar em conta que a formação não terá êxito sem medidas correlatas relativas à carreira e às condições de trabalho que valorizem o professor, envolvendo dois aspectos: jornada de trabalho de tempo integral em uma única escola, preparação de aulas, orientação de estudos dos alunos, participação na gestão da escola e reuniões de colegiados e atendimento à comunidade; e salários dignos que, valorizando socialmente a profissão docente, atrairão candidatos dispostos a investir tempo e recursos numa formação de longa duração.

Isto posto, a tarefa que se apresenta é não se conformar com a educação que é oferecida pelo Estado, mas apontar para as insuficiências da educação burguesa e apresentar alternativas concretas para sua superação.

Temos ainda, dois dados importantes que levantamos acerca da quantidade de escolas que os professores lecionavam e o tempo para deslocamento para o local de trabalho. Constatou-se que 60% lecionavam em duas escolas, ou seja, tinham que locomover entre uma escola e outra, evidenciando uma intensificação de seu trabalho. Sobretudo, se pensarmos que a mudança na instituição de ensino pode acarretar maiores demandas de trabalho. Observa-se que os professores tinham que optar em ter dois contratos de trabalho, muitas vezes, pelo município e Estado, com a finalidade de receber um salário mais digno da profissão, por isso mesmo, tem uma sobrecarga de trabalho.

Consideramos importantes, demonstrar um quadro a fim de retratar como se dá esta desvalorização por meio da sobrecarga de trabalho, isso é possível perceber quando apresentamos esta tabela com a quantidade de alunos que ficam responsáveis os professores, ou seja, remete a refletir como se realiza esse processo educacional. Mais ainda, o docente tem a devida valorização com essa quantidade de alunos? Os dados empíricos somente trazem á tona uma realidade que desmente as políticas de valorização, sem contar a questão salarial que ainda é péssima em relação à atividade docente, em conjunto com uma formação que ainda está muito aquém do necessário para verdadeiramente termos uma educação escolar de qualidade.

Quadro indicando a quantidade de alunos e turmas que trabalham.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
**HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

	Quantidade de alunos	Quantidade de turma
Professor 1	100 alunos	4 turmas
Professor 2	150 alunos	14 turmas
Professor 3	600 alunos	20 turmas
Professor 4	150 alunos	7 turmas
Professor 5	120 alunos	7 turmas
Professor 6	205 alunos	10 turmas
Professor 7	540 alunos	18 turmas
Professor 8	200 alunos	11 turmas
Professor 9	1080 alunos	27 turmas
Professor 10	160 alunos	4 turmas
Professor 11	300 alunos	8 turmas
Professor 12	1160 alunos	30 turmas
Professor 13	Não respondeu	18 turmas
Professor 14	1200 alunos	23 turmas
Professor 15	800 alunos	20 turmas

**Fonte:** Questionário aplicado aos professores na pesquisa de campo, 2013.

Esta tabela apenas salienta o desrespeito com o profissional docente, quando ainda encontramos na rede municipal de Porto Velho professores responsáveis por 1200 alunos. Nesse sentido, qualquer proposta visando à educação como um possível instrumento de luta para transformação dessa sociedade terá como obstáculo, a quantidade de alunos que dificultam a realização da ação educativa. Portanto, temos escolas com salas superlotadas que atrapalham os professores na realização da atividade educativa condicionando a educação escolar a funcionar como uma mera reprodutora da sociedade vigente.

A quantidade de alunos está ligada a disciplina lecionada pelos professores, por exemplo, os professores de áreas de conhecimento como Geografia, História, Religião, Ciências Biológicas, corresponde a um número maior por causa do número elevado de turmas. Enquanto isso, os professores de Língua de Portuguesa e Matemática tem um número menor pelo fato de terem menos turmas. Mesmo com as diferenças as salas tem uma média de 35 a 40 alunos.

Para exemplificar pensamos quando o professor tem que avaliar 1200 alunos, será realmente possível acompanhar a aprendizagem dessa quantidade imensa de alunos? Ou seja, o docente conseguirá exercer seu trabalho a favor do aluno



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

possibilitando conjuntamente com educando o contato com o conhecimento sistematizado e historicamente produzido pela humanidade?

São esses apenas alguns pontos que refletem os problemas enfrentados no dia-a-dia em sala de aula, escancarando o modo como o governo encara a educação sendo a forma pela qual se garante o “direito à educação”, introduzindo o máximo de alunos que preencham todo espaço de cada sala de aula. Nessa perspectiva, só basta garantir o direito à educação, mas sem torna-la de qualidade.

Numa análise feita por Sousa (2009, p.7202) dar subsídios para refletirmos sobre a situação do professor-trabalhador que vive uma nas condições inapropriadas de trabalho comparadas aos demais trabalhadores, mas focaliza sua análise na questão educacional na sua fala:

No âmbito da Educação e, especialmente, na categoria do professor-trabalhador, o status ocupacional do professor contemporâneo implica em pensá-lo como um trabalhador alienado, no sentido da “pauperização” material e espiritual (entendendo como intelectual) quanto à apropriação do produto de seu trabalho. E se pensa exaustivamente, na atualidade, em qualidade de educação, quando se percebe, tacitamente, o descompasso do que se pensa com o que se efetiva, concretamente, no cenário escolar.

Essa realidade somente expõe o resultado da desvalorização do professor, porque a sua prática fica à mercê de situações como salas de aulas lotadas, causando para esse profissional torna-se um mero executor de tarefas mecânicas, ao mesmo tempo, exigindo uma certa flexibilização da sua atividade, pois hoje se encara o profissional docente como o “salvador” da humanidade para dá conta de diversas tarefas dentro do ambiente escolar. Contudo, devemos levar em consideração que essas escolas com turmas lotadas são resultados das mudanças ocorridas nas reformas educacionais nos últimos anos e a exigência da educação básica a toda população assim enfatiza Oliveira (2004).

A expansão da educação básica realizada dessa forma sobrecarregará em grande medida os professores. Essas reformas acabarão por determinar uma reestruturação do trabalho docente, resultante da combinação de diferentes fatores que se farão presentes na gestão e na



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

organização do trabalho escolar, tendo como corolário maior responsabilização dos professores e maior envolvimento da comunidade. (OLIVEIRA, p.1131)

O resultado na lógica atual do mercado-educacional que se tem é procurar atingir as metas por meio de números que comprovem a presença do Estado em torno da questão. Não se questiona a necessidade de ampliação da rede pública para o atendimento dos filhos da classe trabalhadora. O que está em jogo é a possibilidade de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem com professores trabalhando com salas lotadas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada nas escolas da rede municipal de educação teve como motivação a compreensão do fenômeno da desvalorização do professor. Para tal tarefa, abordarmos a temática a partir do levantamento teórico baseados nos aspectos histórico e social que desenham o cenário em que o trabalho docente está inserido. Dessa forma, foi necessário buscar através da compreensão de outro fenômeno o da precarização do trabalho como tem afetado decisivamente para a permanência da situação alarmante dos professores quanto as suas condições materiais de trabalho.

Nessa empreitada, optamos por procurar compreender como a reestruturações produtivas desenvolvidas pelo sistema capitalista durante o século XX influenciadas principalmente pela política e ideologia neoliberal a partir dos anos de 1970, tem contribuído para alterações pontuais nas relações de trabalho, também analisamos as transformações que se passaram do fordismo-taylorismo ao toyotismo que representam o quanto o próprio sistema se reorganiza em favor do capital causando para os trabalhadores modificações que precariza seu trabalho.

Por isso, muitas transformações foram realizadas no âmbito econômico, para isso acontecer foi necessário uma reformulação do valor da educação para esta nova sociedade na medida de aliar o processo de produção com as novas necessidades de



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

trabalhadores “flexíveis” e “adaptados” a se incorporarem a nova conjuntura de sociedade.

Portanto, o trabalho docente está situado dentro dessas transformações globais, sem perdemos de vista essa premissa podemos compreender o fenômeno da precarização e, logo, a desvalorização, pois o valor do trabalho na sociedade capitalista de produção está ligado ao valor material produzido, ou seja, sob esse olhar o trabalho docente parece não conter nenhum valor para a produção. Ao seguir essa lógica capitalista não haveria a necessidade de valorizar um trabalho que em nada contribui para produção. Todavia, sua importância realmente se faz necessária na formação dos trabalhadores que realmente vão produzir materialmente, aí está seu valor que não é reconhecido.

A partir da pesquisa realizada com os professores da rede municipal de Porto Velho, podemos verificar que as condições oferecidas para realização do trabalho ainda não são apropriadas. Com salas lotadas, falta de tempo para o preparo das aulas e estudo, além de uma remuneração considerada insatisfatória, a tarefa de transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade fica comprometida. Diante dessa realidade, a precarização ainda aparece como um fenômeno que vem acompanhando a trajetória dos trabalhadores, o que se estende também aos professores.

Nesse sentido, a educação oferecida pelo município não contempla a educação de “qualidade”, pois não possibilita as condições para exercer a docência de forma plena.

O trabalho docente tem um valor incalculável para a sociedade na formação dos homens e mulheres, porém, essa formação pode servir somente para que possam disputar vagas no mercado de trabalho que já é excludente. Isto posto, um projeto de sociedade que vise a formação plena dos indivíduos deve garantir escolas com as condições materiais adequadas como salas de aula bem equipadas com os recursos necessários. Mas, tudo isso será em vão se não for ofertada uma boa formação para o professor. Em outras palavras, somente com condições materiais adequadas e uma formação sólida que garanta ao professor seu protagonismo na reflexão sobre a educação poderemos pensar em um processo de valorização docente.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP**

Assim sendo, poderemos contribuir para que por meio da escola torná-la um local onde todos possam estar assegurando o direito ao conhecimento sistematizado. Para isso acontecer o professor tem de ser respeitado por meio de políticas que assegurem seus direitos como trabalhador da educação que exerce não apenas como uma atividade profissional, mas um educador buscando sempre que seus alunos aprendam, independente de todos os problemas pelo qual interferem a prática pedagógica, no entanto, é fundamental que seja superado a realidade das escolas para o professor consiga exercer sua profissão, tendo em vista que jamais será o ideal na relação de ensinar/aprender.

O papel social do professor é fundamental tanto para manutenção da ordem vigente quanto para questioná-la. Ao manter as condições de trabalho sem a devida valorização consegue-se alargar as propostas pedagógicas do professor em procurar desenvolver seu trabalho de acordo com uma concepção baseada na emancipação do homem. Com isso, desvalorizar é o reflexo da sociedade injusta. Desvalorizar e precarizar são o retrato do descompromisso com a educação em nosso país. Isto é, são fatores que dificultam a todos os professores pelo qual acreditam que a educação como uma das ferramentas para mudar esta sociedade.

Por isso mesmo, assumimos uma opção político-pedagógicas de lutar contra esses problemas, desvelando quais os fatores que contribui para desvalorização e, a partir de então, poder superá-la. Isto é o dever histórico de todos comprometidos com uma educação que vise a emancipação dos homens e mulheres das amarras da necessidade de reproduzir uma sociedade injusta.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LDB 9394/96: Lei e diretrizes e bases da educação**. Disponível em: <<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>> Acesso em: 22/02/2014



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
HISTEDBR**  
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. **A formação do professor na sociedade da informação.** In: LOMBARDI, José Claudinei. Temas de pesquisa em educação. Campinas: Autores Associados, 2003, p. 14.

COSTA, Márcia da Silva. **Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil.** RAE-eletrônica, v. 2, n. 2, jul-dez/2003. Disponível em <<<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10>>>

FRIGOTTO, G. **Prefácio.** In AUED, Bernadete Wruble. **Educação para (des)emprego,** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GATTI, Bernadete. **Valorização da docência e avaliação do trabalho docente: o papel da avaliação participativa em um contexto institucional.** In GATTI, Bernadete. O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsia. Campinas, SP: Autores Associados; Fundação Carlos Chagas, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX. (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 393-420.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrech. **A ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)/** Karl Marx, Friedric Engels. São Paulo: Boitempo, 2007.

MESZAROS, Istvan. **A educação Para Além do Capital.** Tradução Isa Tavares, 2.ed – São Paulo; Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação Básica: Gestão do trabalho e da Pobreza,** 2 ed, VOZES: Petrópolis, 2010.

\_\_\_\_\_. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** Campinas, Educ, Soc, vol. 25, n.89, p.1127-1141, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeira aproximações.** 10ªed. ver- Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. p.143-155, 2009.

SILVEIRA, Polyana Imolesi. **A precarização do trabalho docente e a subordinação da educação ao mercado: um estudo sobre as relações de trabano no ensino superior no período de 1994 a 2004.** p. 6075-6083

SOUSA, Luiz Aparecido Alves. **Trabalho Docente: Reflexões acerca da condição do trabalho e valorização do professor da escola pública.** IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Emcontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia de 26 a 29 de outubro de 2009. Disponível: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2692\\_1603.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2692_1603.pdf)> Acesso: 14/01/2014.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO  
**HISTEDBR**

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)  
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP